

HUGO EVO MAGRO CORRÊA URBANO
Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Promotor de Justiça.

O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO
DIREITO BRASILEIRO
da teoria unitária à teoria da divisão



EDITORA MERAKI

2021

Copyright © 2021 Editora Meraki Ltda

Todos os direitos reservados.

ISBN: 978-65-88781-22-7

Acompanhamento editorial Leonam Liziero

Capa Leonam Liziero

Editora Meraki

Conselho Editorial

Alexandre Walmott Borges (UFU)

Alessandra Silveira (UMinho)

Ari Marcelo Solon (USP)

Dawid Bunikowski (UEF)

Diva Julia Safe Coelho (PNPD-CAPES/UFU)

Felipe Magalhães Bambirra (UniALFA)

Gonçal Mayos (UB)

José Carlos Remotti (UAB)

Oswaldo Alves de Castro Filho (UFMS)

Saulo Pinto Coelho (UFG)

U72 Urbano, Hugo Evo Magro Corrêa

O enriquecimento sem causa no Direito brasileiro: da teoria unitária à teoria da divisão/ Hugo Evo Magro Corrêa Urbano. Andradina: Meraki, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-88781-22-7

1. Direito Civil 2. Enriquecimento sem causa

1. Título

CDU 347.4 CDD – 346.02

Reservados todos os direitos desta obra.

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma sem a permissão expressa do editor.

Sumário

Apresentação.....	7
I Os pressupostos dogmáticos de análise do instituto do enriquecimento sem causa	17
1 Terminologia: enriquecimento sem causa, enriquecimento ilícito e enriquecimento ilegítimo.....	18
2 Natureza jurídica do instituto do enriquecimento sem causa	21
2.1 A relação entre o instituto do enriquecimento sem causa e a equidade: enriquecimento sem causa como remédio heroico de correção de injustiças?	21
2.2 Enriquecimento sem causa como princípio geral do Direito.....	26
2.3 Enriquecimento sem causa como fonte das obrigações: a natureza atual do instituto.....	37
3 Teorias fundamentais do instituto do enriquecimento sem causa.....	50
3.1 Breve nota histórica: o pujante desenvolvimento do instituto do enriquecimento sem causa na Alemanha.....	52
3.2 A teoria unitária do enriquecimento sem causa	57
3.3 A teoria da ilicitude do enriquecimento sem causa	62
3.4 A teoria da divisão do instituto do enriquecimento sem causa....	66
II O instituto do enriquecimento sem causa como fonte autônoma e principal de obrigações.....	73
1 O sistema de enriquecimento sem causa adotado pelo Código Civil de 2002: sistematização do instituto no ordenamento jurídico brasileiro ...	73
2 A influência italiana em matéria de enriquecimento sem causa no sistema do Código Civil de 2002: pagamento indevido autônomo e regra da subsidiariedade	74
3 Influência francesa na positivação do pagamento indevido no Código Civil de 1916 e sua transposição para o Código Civil de 2002: origem do instituto do pagamento indevido no Direito brasileiro.....	80
3.1 A evolução do instituto do enriquecimento sem causa na França	83
3.2 Influência francesa no Código Civil de 1916 e de 2002.....	87
4 Pagamento indevido e enriquecimento sem causa: análise crítica sob a perspectiva do sistema brasileiro de transmissão de propriedade.....	90

4.1 A <i>causa</i> no Direito francês	90
4.2 A <i>causa</i> no Direito alemão	96
4.3 A <i>causa</i> no Direito brasileiro.....	100
III Enriquecimento sem causa baseado em prestação	113
1 Escorço histórico do enriquecimento sem causa baseado em prestação	113
1.1 As <i>condictiones</i> no Direito romano.....	113
1.2 As <i>condictiones</i> no Direito brasileiro.....	117
2 A <i>condictio indebiti</i>	126
2.1 O <i>animus solvendi</i>	127
2.2 O erro de quem realiza a prestação.....	138
3 A <i>condictio ob causam finitam</i>	143
4 A <i>condictio ob rem</i> ou <i>condictio causa data causa non secuta</i>	148
5 A <i>condictio ob turpem vel iniustam causam</i>	154
6 A <i>condictio sine causa</i>	159
7 Situações de enriquecimento sem causa envolvendo terceiros ou situações trilaterais de enriquecimento sem causa	160
7.1 O aproveitamento indevido de prestação por terceiro.....	163
7.2 A restituição do enriquecimento sem causa por sub-rogação	164
IV Pressupostos dogmáticos específicos de aplicação do enriquecimento sem causa não baseado em prestação	167
1 Introdução.....	167
2 Enriquecimento sem causa por intervenção.....	168
2.1 Generalidades sobre o tema.....	168
2.2 A relevância do direito subjetivo na aplicação do enriquecimento sem causa por intervenção.....	170
2.3 A ideia de exclusividade no Direito Privado	172
2.4 A ideia de exclusividade sob o ponto de vista econômico.....	178
2.5 A oponibilidade dos direitos a partir da ideia de exclusividade..	181
2.6 Teoria do conteúdo da destinação econômica e conceito de <i>causa</i> no enriquecimento por intervenção	184
V Hipóteses típicas de enriquecimento sem causa não baseado em prestação	189
1 Análise das hipóteses típicas de incidência do enriquecimento sem causa por intervenção	189
1.1 Intervenção em direitos reais	189
1.2 Intervenção em bens imateriais	196

1.3 Intervenção em outras situações jurídicas	218
2 Enriquecimento sem causa resultante de despesas efetuadas pelo empobrecido	237
2.1 Melhorias em patrimônio alheio.....	238
2.2 Pagamento indevido de dívidas alheias	255
3 Enriquecimento sem causa por desconsideração do patrimônio alheio	257
4 Enriquecimento sem causa por fato da natureza.....	262
VI Definição do objeto da restituição do enriquecimento e limites do princípio da subsidiariedade.....	265
1 Notas sobre o objeto da restituição do enriquecimento.....	265
1.1 O objeto da restituição do enriquecimento no Direito brasileiro	265
1.2 O objeto da restituição do enriquecimento no Direito comparado	269
1.3 Definição do objeto restitutivo no Direito brasileiro segundo o instituto do enriquecimento sem causa: superação da concepção que admite o pagamento indevido como único instrumento em matéria de restituição	283
2 Subsidiariedade da obrigação de restituir: definição e limites.....	290
2.1 Generalidades sobre o tema.....	290
2.2 A utilização inadequada da <i>actio de in rem verso</i> como sinônimo de ação geral de restituição do enriquecimento sem causa e o caráter subsidiário daí derivado.....	292
2.3 A regra da subsidiariedade da obrigação de restituir no Direito comparado.....	295
2.4 A doutrina brasileira em matéria de subsidiariedade da obrigação de restituir o enriquecimento sem causa	316
2.5 A adequada interpretação do artigo 886, do Código Civil brasileiro, à luz do caráter principal da obrigação de restituir o enriquecimento sem causa.....	320
Referências bibliográficas.....	325